

Rombo milionário

RENATO ARAÚJO

Malu Pires

A Secretaria de Saúde, o Ministério Público do Distrito Federal e o Departamento Nacional de Auditoria do Ministério da Saúde (Dena) anunciaram ontem que vão entrar na Justiça com ação civil pública para que os diretores da Fundação Zerbini e os responsáveis técnicos e gestores do Programa Família Saudável (PFS) no DF devolvam aos cofres do Governo do Distrito Federal R\$ 22,2 milhões. A decisão foi tomada após a divulgação do resultado de auditoria conjunta realizada pelas três instituições.

Durante dois meses, a Secretaria de Saúde, o MPDF e o Dena analisaram toda a documentação relativa ao convênio de R\$ 74 milhões realizado entre a Fundação Zerbini – que administra o Instituto do Coração em São Paulo e em Brasília – e a Secretaria, para a implantação do Programa Família Saudável em 2005/2006. A conclusão a que os técnicos chegaram foi de que houve superfaturamento, desvio de verba, descumprimento da Lei de Licitações e de concursos públicos na execução do projeto, entre outras irregularidades. O relatório final da auditoria responsabiliza 13 funcionários da Secretaria de Saúde e da Fundação Zerbini pelo rombo, entre eles o executor técnico do PFS, o médico e deputado distrital eleito Doutor Charles (PTB).

■ Irregularidades

O "descumprimento total à Lei de Licitações", a "negligência na gestão do dinheiro público" e o "favorecimento de nove empresas" são as maiores irregularidades citadas pelo coordena-

dor da auditoria, o promotor de Defesa da Saúde, Jairo Bisol. A Fundação Zerbini, disse, abusou do uso indevido do instrumento da dispensa de licitação, descumpriu "regras primárias" nas aquisições feitas por convite e direcionou as compras para firmas questionadas na Justiça.

Em razão deste contexto, assinalou Bisol, do total de R\$ 74 milhões, R\$ 8 milhões não foram comprovados. Dos R\$ 66 milhões

22,2

MILHÕES

É O MONTANTE QUE
O GDF TERIA
PERDIDO COM AS
SUPOSTAS
IRREGULARIDADES
PRATICADAS PELA
FUNDAÇÃO ZERBINI,
ENTRE ELAS OBRAS
SUPERFATURADAS

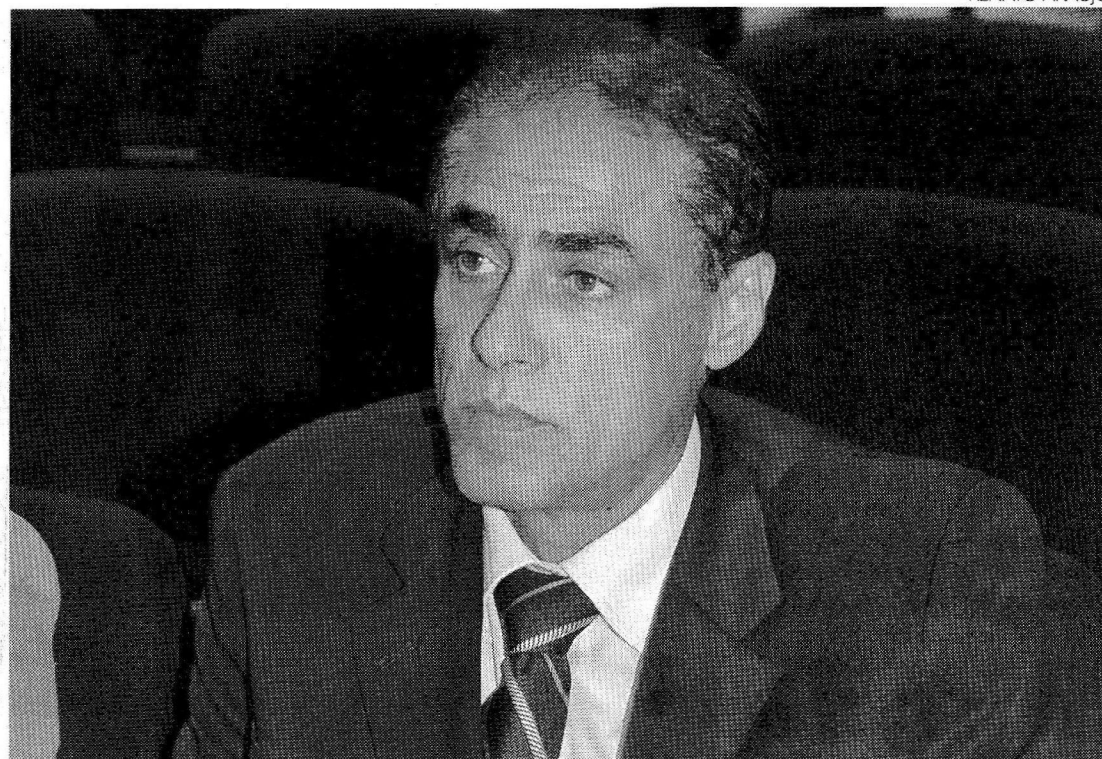
restantes, R\$ 14,2 milhões são de despesas não justificadas. Somando-se os R\$ 8 milhões aos R\$ 14,2 milhões chega-se aos R\$ 22,2 milhões que o GDF e o MPDF reivindicam sejam devolvidos.

Incluem-se no rol das despesas não justificadas os mais diversos tipos de superfaturamento. "A Fundação Zerbini, conforme demonstra a documentação, nunca se preocupou em seguir os preços de mercado", disse Bisol. Como exemplo, ele

citou o aluguel mensal de um carro destinado ao Programa Família Saudável. "O custo mensal de um automóvel utilizado pela fundação era de R\$ 7 mil, um ágio de cerca de 50% em relação ao que o mercado pratica (R\$ 3,5 mil), já incluídos os custos com o salário do motorista, a manutenção do carro e o combustível", assinalou o promotor.

A obra em uma casa de cerca de 200 metros na zona rural de Planaltina foi outro exemplo citado. Uma reforma no prédio, que consistiu em teto de gesso, mudança do piso e pintura custou R\$ 86 mil. "Só com a mão-de-obra foram gastos R\$ 22 mil, um preço absurdo e surreal, levando-se em conta, principalmente que o imóvel era alugado", ressaltou Bisol, acenando que a fundação locou 42 residências para a instalação do programa de saúde.

As irregularidades com a contratação de pessoal, afirmou o promotor, "formam um capítulo à parte". A Fundação Zerbini recebeu R\$ 1,7 milhão para a realização de concurso público para a contratação de pessoal, mas não contratou o total dos aprovados para as vagas. Pesquisa por amostragem realizada com 310 dos 1.076 funcionários mostrou que 81% dos trabalhadores, cerca de 210, não tinham sido aprovados no concurso. "O descuido com o dinheiro público foi tamanho que pode ser medido pelo fato de que o mesmo imóvel que foi alugado pelo MPDF por R\$ 6 mil para realizar o seu concurso público, a fundação pagou R\$ 47 mil em idêntica situação", contou. A lista de funcionários responsabilizados ainda não está fechada, investigações paralelas continuam.



■ DOUTOR CHARLES: "NÃO ACREDITO NISSO, NÃO É POSSÍVEL! EU SOU MÉDICO, APENAS ASSINAVA OS PAPÉIS"

Promotor sugere adiar ajuda

A Promotoria de Defesa de Saúde enviou "sugestão" ao Ministério da Saúde comunicando que acha "temerário" injetar dinheiro público na Fundação Zerbini. "Apesar da fundação ser a administradora do Incor em São Paulo e Brasília, instituições de relevantes serviços prestados à saúde brasileira, recomendo que o governo federal não coloque dinheiro público ali, sem antes realizar uma ampla auditoria financeira", disse o promotor Paulo Bisol.

Isso porque, justificou-se, a fundação "dificultou ao máximo o trabalho da auditoria" e há ainda um contrato de parceria

com o GDF, realizado entre 2003 e 2005, no valor de R\$ 35 milhões, que apresenta, também, irregularidades. "Há indícios de que o que houve no DF também exista em São Paulo. Tem de se verificar isto antes de financiar a recuperação do Incor", ressaltou.

A Fundação Zerbini divulgou ontem comunicado afirmando que só falará sobre o assunto depois de comunicada oficialmente do resultado da auditoria. Já o deputado distrital eleito Doutor Charles (PTB) se mostrou indignado por ter sido incluído entre os responsáveis pelo rombo de R\$ 22,2 milhões. "Não

acredito nisso, não é possível! Eu sou um médico, apenas assinava os papéis, minha função era apenas técnica", disse, assinalando que havia uma comissão de avaliação que atestava a realização dos serviços e uma secretaria operacional encarregada do pagamento das despesas.

"Desconheço que tenha havido superfaturamento, desvio de verbas ou coisas parecidas. O que eu sei é que o programa era de medicina preventiva voltado para o atendimento da população rural e do entorno de Brasília. Acredito nesta proposta e a defenderei na minha atuação na Câmara Legislativa", afirmou.